JUNHO DE 2019 - EDIÇÃO 1

REVISTA CEARENSE DE ESTUDOS POLÍTICOS

CORRUPÇÃO

A palavra favorita dos brasileiros não sai da mídia nem das conversas cotidianas. Ela tem o poder de destruir - e construir - trajetórias políticas. Mas será que estamos lidando corretamente com esse problema?

SOBRE A REVISTA

Esta publicação é editada por membros da Comissão de Estudos Políticos da OAB/CE, com finalidade de compartilhar com o público os debates empreendidos dentro da instituição, em ambiente com posições políticas diversificadas e, muitas vezes, antagônicas. Os artigos aqui apresentados não tem compromisso acadêmico e representam opiniões individuais de seus autores, sem que estas sejam necessariamente endossadas por esta Comissão ou mesmo pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Ceará.

COMISSÃO DE ESTUDOS POLÍTICOS

OAB/CE

2019-2021

ISAAC SANDRO PINHEIRO ANDRADE
Presidente

ANTÔNIO KEVAN BRANDÃO PEREIRA
1º Vice-presidente

ELIZABETH ALECRIM SOARES COELHO
2ª Vice-presidente

FRANCISCO SALES DA SILVA MARTINS
Secretário-geral

ISMAEL BARBOSA DE SOUSA
Secretário-geral adjunto

AINNE BARBOZA
Membro efetivo

ANDERSON ROCHA LOBO
Membro efetivo

BIEVENIDO SANDRO ANDRADE FIUZA
Membro efetivo

DAVID BARROSO PEREIRA
Membro efetivo

DIEGO PARENTE DE FREITAS
Membro efetivo

ELAYNE MOURÃO CATUNDA FARIAS ANDRADE
Membro efetivo

EVANDO CRISÓSTOMO FILHO
Membro efetivo

FELIPE COSME DE ALENCAR TAVARES
Membro efetivo

FRANCISCO HUMBERTO BEZERRA ALENCAR
Membro efetivo

HENRIQUE TORQUILHO ALMEIDA
Membro efetivo

JOSÉ GONÇALVES FEITOSA
Membro efetivo

JOSÉ LUCAS ARAÚJO SIMER
Membro efetivo

LUCAS MACEDO LOPES
Membro efetivo

MAXWEMY ANDRADE VIEIRA
Membro efetivo

ROMÁRIO CARNEIRO
Membro efetivo

FELLIPE DE SOUZA FIRMIANO
Membro consultivo

EDITORES

ISAAC SANDRO PINHEIRO ANDRADE

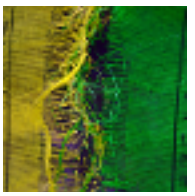
FRANCISCO SALES DA SILVA MARTINS

EDITORIAL

ISAAC ANDRADE
PRESIDENTE DA CEP

Textos são escritos para serem lidos. Pode parecer óbvio, mas é com essa filosofia que lançamos a Revista Cearense de Estudos Políticos. Há muitas publicações científicas de qualidade em nosso estado, mas há de se refletir sobre o interesse que o formalismo acadêmico desperta no público geral. Sem desprezar os artigos desta natureza – na verdade, vários membros desta comissão seguem carreira acadêmica –, entendemos que, na maioria das vezes, o leitor médio terá dificuldades em se deter por mais do que poucas páginas. É por isso que esta revista eletrônica, divulgada somente através redes sociais, vem apresentar artigos simples, curtos e informais, que representam a opinião de seus autores. Não há aqui compromisso com citações, normas técnicas ou método científico. Nesta primeira edição, abordamos o atualíssimo e interminável tema da corrupção no Brasil. Convidamos você a fazer a leitura de seis artigo e formar sua própria opinião. Críticas, elogios, sugestões? Basta enviar uma mensagem para o nosso perfil @oabce.cep no Instagram.

NESTA EDIÇÃO

03

Corrupção verde e amarela

06

Corrupção: único problema do brasil?

10

Vender ou combater?

13

A vingança dos honestos

17

A face nefasta da corrupção

20

Reflexos da corrupção na instabilidade das instituições e no ambiente de negócios brasileiro

CORRUPÇÃO
VERDE E AMARELA

CORRUPÇÃO VERDE E AMARELA

POR:
ANDERSON ROCHA LOBO

Corrupção é um substantivo que está em grande evidência na sociedade brasileira, visto que a nação verde e amarela sofreu com a publicidade de escândalos envolvendo agentes públicos e particulares nas últimas décadas.

Mas o que seria corrupção? Primeiramente, quando se diz que um animal morto está em decomposição/putrefação, este está passando por um processo de corrupção de seu corpo. Diante disso, pergunta-se: como se enquadraria no âmbito interpessoal?

Ora, a corrupção envolvendo relações entre pessoas nada mais é do que a decomposição/putrefação dos valores éticos e morais, que resulta na deterioração, não somente das instituições públicas, mas de um país como todo.

Diante disso, o direito brasileiro tipifica a prática corrupta como crime, buscando proteger, dentre outros, bens jurídicos como a administração pública, com destaque para a probidade administrativa e a moralidade.

O Código Penal pátrio trata da corrupção nas modalidades ativa e passiva. Na primeira retrata-se o oferecimento de vantagem indevida por particular à servidor público, ao passo que na segunda o servidor público solicita vantagem indevida.

Vale lembrar que a modalidade passiva diferencia-se do crime de concussão. Este seria como a corrupção passiva, entretanto diferencia-se quanto a ação de exigir vantagem ao invés de solicitar.

Diante dessa breve exposição de alguns dos mecanismos jurídicos de repúdio à corrupção, cabe o questionamento: O Brasil está conseguindo reduzir as práticas corruptas?

É evidente que a corrupção está presente nas condutas humanas desde os primórdios da humanidade. Entretanto, a repercussão sobre a necessidade de discussão sobre o tema cresceu de forma vertiginosa no país, visto que todas as classes sociais sentiram na pele os efeitos devastadores que a prática de indivíduos corruptos pode gerar.

"HÁ A NECESSIDADE DE DIÁLOGO EQUILIBRADO PARA COLOCAR OS INTERESSES DE ESTADO ACIMA DOS INTERESSES DE GOVERNO"

Infelizmente, há uma dicotomia e polarização ideológica que dificulta o entendimento e o enfrentamento deste inimigo comum. Nessa divisão, o foco da discussão fica comprometido e só quem perde é a sociedade.

Há a necessidade de diálogo equilibrado para colocar os interesses de Estado acima dos interesses de Governo, os anseios da nação acima dos interesses partidários e/ou particulares.

Não há dúvida de que ocorreram avanços significativos nos mecanismos de coerção, investigação e fiscalização do Estado Brasileiro.

O senso comum, que antes tinha em seu âmago a certeza de que políticos e membros da alta sociedade não eram punidos por crimes de corrupção, mudou bastante diante das prisões e condenações de figuras consideradas intocáveis em outras épocas.

Além dos referidos avanços institucionais supracitados, vale destacar o advento e a popularização das mídias sociais, que foram fatores importantes para um maior engajamento popular, facilitando, inclusive, a fiscalização por parte da sociedade.

Como exemplos recentes da atuação combativa do Estado pode-se citar o caso do mensalão, a gigantesca Operação Lava-jato e outras inúmeras operações deflagradas objetivando coibir práticas delituosas.

Pode-se concluir que a corrupção ainda é um mal terrível e em níveis inaceitáveis. Entretanto, observa-se que o Brasil tem evoluído em seus institutos jurídicos e de controle de práticas corruptas, embora de forma razoavelmente paulatina.

As instituições estão funcionando, seguindo a máxima de Montesquieu em que só o poder consegue controlar o poder. Muito ainda precisa ser feito, sendo o conhecimento, o diálogo, a conscientização e a união do povo como legítimo detentor do poder as armas fundamentais no enfrentamento do mal que a corrupção representa.

Anderson Rocha Lobo é advogado, pós-graduado em Direito Constitucional, membro efetivo da Comissão de Estudos Políticos da OAB/CE e ex-membro efetivo da Comissão de Direito Militar da OAB/CE.

CORRUPÇÃO: ÚNICO PROBLEMA DO BRASIL?

CORRUPÇÃO: ÚNICO PROBLEMA DO BRASIL?

POR:
HUMBERTO BEZERRA

Inicialmente, precisamos esclarecer alguns conceitos.

Sociedade é uma rede de pessoas vivendo juntas, de forma cultural, econômica, religiosa e politicamente compartilhada. Agrupamento, associação amistosa em que pessoas compartilham propósitos, gostos, preocupações, costumes, constituindo assim uma comunidade, gerando uma sociedade. A sociedade deve ser aberta e flexível, dinâmica, mas também pode ser fechada, rígida e estática.

Nós, seres humanos, necessitamos da convivência para nossa sobrevivência e desenvolvimento. Mesmo em períodos pré-históricos, a sobrevivência em grupos era de suma importância, pois o indivíduo solitário e isolado tende ao regresso.

A rede social de pessoas, agrupadas de forma compartilhada, procede a uma organização estatal. O Estado é uma forma organizacional de controle e desenvolvimento social. A formação estatal de natureza jurídica adquire viés político. O Estado é de natureza laica, porém no decorrer histórico, houve uma interação entre Estado e Igreja. É soberano para governar o povo–sociedade que o formou.

Definimos então o Estado como uma instituição laica, organizada de forma política, social e juridicamente, face a um território definido, regido por leis e de amplitude cultural.

Já a política tem origem na Grécia, que derivou ao longo da história como Ciência dos Estados. Tendo o homem, um ser social, necessitado de convivência intersocial para seu desenvolvimento, tem-se que o homem é um ser político. Assim sendo, a política seria o estudo no homem no contexto social de formação estatal.

A política está ligada às atividades de controle do Estado no âmbito social, interferindo na dinâmica de uma sociedade e no seu desenvolvimento.

Dito isto, temos que a descontinuidade de uma relação leva ao seu corrompimento, ou simplesmente descomposição. O ato ou efeito de se corromper remete-se à obtenção de vantagem em uma negociação, onde uma pessoa se favorece, enquanto a outra se prejudica.

A corrupção é uma quebra, deterioração de algo.

"O ATO OU EFEITO DE CORROMPER REMETE-SE À OBTENÇÃO DE VANTAGEM EM UMA NEGOCIAÇÃO, ONDE UMA PESSOA SE FAVORECE, ENQUANTO A OUTRA SE PREJUDICA"

A corrupção é social. Vai desde um simples ato pessoal para com outra pessoa ou grupo, até o ato político. Furar uma fila de uma lotérica, estacionar em um local proibido e tentar "subornar" o agente de trânsito, estacionar em um local reservado a idosos ou deficiente (sem o ser), desviar verba pública em benefício próprio ou de terceiros.

Assim sendo, a corrupção é um meio ilegal de se conseguir algo. Seja um ato pessoal e corriqueiro ou um ato institucional de um membro político.

A corrupção esta cada vez mais comum em nossa sociedade. Por sermos seres humanos e passíveis de erros e egoísmo, vivemos em dilemas entre o coletivo e o individual.

A corrupção social nada mais é que o viés individual se sobrepondo ao coletivo, social. Onde o indivíduo se identifica como sendo o ser principal do contexto social. Assim, se transforma em ator principal, e para tanto lhe convém corromper os atos sociais em seu favor.

Nossos lares, trabalho, rodas de amigos, são celeiro da corrupção social. Pois uma simples (porém punível como crime) ligação de água clandestina, desvio de sinal de TV a cabo ou instalação beta do sistema operacional no computador pessoal, é resultado de uma "corrupção social tolerada".

A corrupção política é uma extensão da corrupção social que tanto toleramos. Sermos tolerantes nos nossos atos sociais, nos leva a aceitar que nossa política, a qual deveria nos direcionar ao desenvolvimento e crescimento, seja eivada de corrupção.

A política é resultado do equilíbrio do ser humano, no limiar do coletivo e do individual. Trazer benefícios de cunho político para o pessoal é inerente ao homem atual. Pois este tratamento corrupto está inerente ao contexto político.

É de se refletir que o desenvolvimento do Brasil esteja ligado aos anseios sociais, assim como seu planejamento. Pensar em desenvolvimento significa pensar em estratégias, planejamento, execução, organização de uma sociedade plurativa.

Uma sociedade organizada politicamente traz consigo os organismos inerentes a esta estrutura, tais como a corrupção social e política. Entendo que o planejamento social é tão importante neste contexto quanto a corrupção sistemática que assola nosso cotidiano.

O atual governo, assim como governos anteriores, é inoperante na gestão administrativa estatal, do excesso de burocracia tardia à gerência estatal, assim como na inércia administrativa governamental. Não faltam recursos tecnológicos disponíveis, nos falta é a sinergia administrativa do Estado no gerenciamento administrativo.

O Brasil está passando por uma transformação profunda, assim como as sociedades em geral. É preciso planejar e executar programas de desenvolvimento que sejam compatível com os anseios sociais.

É uma missão política conciliar os anseios sociais e o mecanismo do Estado. Os anseios sociais são a base de uma democracia. Devem ser ouvidos e, na medida que possível, executados pois o poder vem do povo.

A sociedade é mutante, e assim deve ser sua base política. Em termos de normas jurídicas que regulam a sociedade, notamos uma evolução significa, pois o Direito deve ser dinâmico e acompanhar a evolução social.

A corrupção social leva a sociedade a um desequilíbrio principiológico, pois a transforma em patamares limitantes da verdade. A corrupção também é dinâmica e adaptável as transformações da sociedade. A corrupção política é um balizador da sociedade e do poder estatal, pois a transforma em base executória de suas ações.

O Brasil não é uma exceção ao contexto social global. Passamos por transformações políticas e sociais profundas. Estamos atualmente envolvidos na política nacional. Passamos ao longo de nossa história por muitos conflitos, governos e mudanças.

As transformações que estão ocorrendo no Brasil atualmente englobam as corrupções sociais e política, pois elas definem o contexto a ser introduzido em nossa sociedade. Embora a corrupção seja balizadora de nossos problemas sociais, econômicos e políticos, existe uma questão gerencial governamental, onde fatores administrativos impedem juntamente com a corrupção sistêmica o desenvolvimento social.

Francisco Humberto Bezerra Alencar é advogado, vice-presidente do Instituto Fórum de Direito Penal, secretário-executivo da Academia Cearense de Direito e conselheiro da Academia Brasileira de Direito. É membro efetivo da Comissão de Estudos Políticos da OAB/CE.

VENDER OU COMBATER?

VENDER OU COMBATER?

POR:
FELLIPE SOUZA

Hasteada como principal bandeira das campanhas eleitorais dos últimos anos e concentrando o poder equivalente ao de um buraco negro que suga sem deixar vestígio ou margem razoável de visibilidade às demais pautas públicas, a corrupção vem abarrotando o imaginário popular há tempos, tornando-se uma verdadeira fábrica de manchetes que dominam os noticiários do país.

Seja como estandarte, fenômeno social ou máquina de vender notícias, é inegável que a corrupção vem adquirindo status de pauta-piloto nos debates políticos, sendo usada muitas vezes como fio condutor que transpassa todas as necessidades sociais e econômicas, encabeçando o inventário das reinvindicações ao poder público.

Essa circunstância acaba por distorcer não só as causas, como também as consequências e a verdadeira dimensão da corrupção, levando muitas vezes a se acreditar que tal mal está insculpido na classe política brasileira como um todo, ligando poder e corrupção como causa e efeito, maculando quaisquer análises mais aprofundadas, além de não debruçar-se sobre as suas raízes.

Pode-se dizer que essa supervalorização do tema, na maioria das vezes, é proposital, fazendo uma utilização da mesma como estratégia de narrativa, onde ao simplificar os problemas, reduzindo-o a um problema maior como causa de todo o mal de uma sociedade, fica facilitado o seu manuseio, podendo conduzi-lo apenas apontando culpados e soluções simplistas. Como consequência, fica o narrador na confortável situação de indutor da pauta, podendo esconder as carências e mazelas do entorno, que muitas vezes dão causa à corrupção, e conduzindo a opinião pública a atentar-se apenas às consequências.

Tal mecanismo é eficaz principalmente em períodos eleitorais, onde o consumo de informações tende a se resumir ao impacto das manchetes de jornais, o que reflete a produção de slogans e jargões de fácil assimilação, minimizando a necessidade de se atentar às demais necessidades sociais e econômicas.

"A CORRUPÇÃO VEM ADQUIRINDO STATUS DE PAUTA-PILOTO NOS DEBATES POLÍTICOS, SENDO USADA MUITAS VEZES COMO FIO CONDUTOR QUE TRANSPASSA TODAS AS NECESSIDADES SOCIAIS"

A prática da corrupção no Brasil sofre tentativas de ser explicada há bastante tempo e ainda assim não se trata o assunto com a seriedade necessária, apesar de ser bastante consumido. Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra Raízes do Brasil (1936), coloca a corrupção como um fator cultural e moral da nossa sociedade, ou seja, intrínseco ao brasileiro.

Na mesma toada seguem os que justificam e entendem nossa sociedade por meio do "jeitinho brasileiro", também ignorando a cadeia de retroalimentação do ciclo, que vai desde a carência de necessidades básicas urgentes, suprimindo etapas de formação educacional, social e moral, colocando uma grande parcela da população em condições marginalizadas do acesso a esses recursos, e despejando todas essas supressões sob responsabilidade dos atos de corrupção.

Feitas tais solidificações quanto às justificativas simplistas dos problemas nacionais, o que se tem como produto é uma grande parte da população conduzida por discursos rasos, abrindo espaço para o surgimento de figuras que muitas vezes carecem de quaisquer aptidões administrativas, técnicas, éticas e morais, em detrimento unicamente de uma narrativa, o que pode nos revelar problemas imensamente maiores.

Em síntese, considerada a corrupção como um gravíssimo problema que assola nossa sociedade, entende-se que a concentração excessiva dos anseios populares sobre o tema da corrupção gera, além da sua colocação como causa maior dos problemas nacionais, a desidratação de temas tão importantes quanto, colocando o tema como causa, e não como consequência de um outro problema: a falta de investimentos na educação, visando formação cidadã, crítica e consciente de suas raízes e problemas.

Fellipe de Souza Firmiano é advogado, pós-graduado em Sociologia e em Direito do Trabalho. É professor de Direito Empresarial e membro consultivo da Comissão de Estudos Políticos da OAB/CE.

A VINGANÇA
DOS HONESTOS

A VINGANÇA DOS HONESTOS

POR:
ISAAC ANDRADE

A caça às bruxas que ocorre no Brasil com o patrocínio da população corre o risco de liquidar o futuro do país. Sob o pretexto de "combater a corrupção", sem que as pessoas reflitam de fato sobre o que "corrupção" significa e até onde ela realmente nos atinge, estamos destruindo a reputação de pessoas com competência comprovada e substituindo-as por "honestos" incompetentes. Arriscam, com isso, ressuscitar o infame "rouba, mas faz". Pois ao menor sinal de fracasso dos tais honestos, as pessoas lembrarão com saudades dos corruptos anteriores, como se estas duas fossem as únicas escolhas possíveis.

Emblemático é o caso do almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva. Para os que não o conhecem, Othon é um dos maiores e mais renomados cientistas atômicos em todo o mundo. É considerado o pai do programa nuclear brasileiro. Nos anos 70, desenvolveu um sistema de enriquecimento de urânio através de ultracentrifugação que é considerado até hoje um dos mais eficientes na física nuclear. Em 2016, o almirante finalmente teve seus 15 minutos de fama, mas não foi pelo seu invejável currículo como cientista: foi condenado a 43 anos de prisão, por meio da Operação Lava-Jato.

O goleiro Bruno, assassino cruel, recebeu condenação de 20 anos. Suzane Von Richtofen, parricida, 39 anos. Alexandre Nardoni, 30. Confesso não ter lido os autos do processo do almirante Othon para opinar com propriedade, mas duvido com convicção que haja alguma razoabilidade na condenação deste homem a quatro décadas e meia de reclusão – equivalente a prisão perpétua, na verdade, uma vez que foi condenado aos 77 anos de idade.

Digam-me, com sinceridade: qual é o interesse público na prisão de um cientista destes? Qual o seu grau de periculosidade contra a sociedade brasileira? Não se trata aqui de isentar os erros cometidos pelo almirante – um pedido de propina no valor de 4,5 milhões de reais, até "modesto" pelas cifras da Lava-Jato –, que deve pagar e reparar os danos que causou ao país. Mas qual é a utilidade do encarceramento de alguém cuja contribuição ao Brasil supera em muito o dano causado? Por que não impor medidas alternativas, ou mesmo uma pena de reclusão razoável, permitindo-lhe que faça o que faz de melhor? Vale a pena enterrar o programa científico brasileiro?

"NÃO HÁ NADA DE ÚTIL NA DEMONIZAÇÃO DA POLÍTICA. NA VERDADE, É UM VERDADEIRO INCENTIVO À CORRUPÇÃO, E NÃO O CONTRÁRIO."

Importante lembrar também do caso da Embraer, uma das corporações brasileiras de maior renome mundial, líder global na comercialização de jatos regionais. Pelo envolvimento em propinas e fraude contratual, o governo dos Estados Unidos da América multou a empresa em quase R$1 bilhão. Isso só foi possível graças a informações repassadas aos ianques pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro.

Não vale sequer refletir se os EUA tomariam atitude semelhante, em caso de empresa norte-americana envolvida em corrupção no Brasil. Sabemos como os estadunidenses atuam em defesa de suas instituições, dentro e fora do país, e fecham os olhos para o mal que eventualmente causam. Aliás, é seguro arriscar que fato semelhante não ocorreria em nenhuma outra nação do planeta. Só no Brasil, contaminado pelo delírio coletivo que elevou o "combate à corrupção" à *raison d'être* do Estado, é que aplaudimos uma nação estrangeira multando nossas empresas. E o mesmo ocorreu com Odebrecht, OAS e tantas outras empreiteiras.

Talvez você, leitor, esteja revoltado com essa "defesa da corrupção". Mas não é o caso. O problema da corrupção não pode ser diminuído, menosprezado ou ignorado. Ela existe, é endêmica, e contamina as instituições do nosso país. Deve ser combatida, sim, mas com inteligência, e não movida a puro moralismo, punitivismo e revanchismo.

Não podemos cair na falácia de que "ao desviar dinheiro público eles mataram milhares nas filas dos hospitais". Qualquer pessoa que se digne a entender minimamente o funcionamento da arrecadação, dotação e execução do orçamento público sabe que não é possível estabelecer uma relação de causalidade simples como essa. Se todos os políticos brasileiros acordassem "honestos" e devolvessem o que foi tomado criminosamente dos cofres públicos, a dura realidade é que a nossa saúde continuaria de má qualidade. Nossas escolas continuariam ruins. A insegurança pública continuaria generalizada.

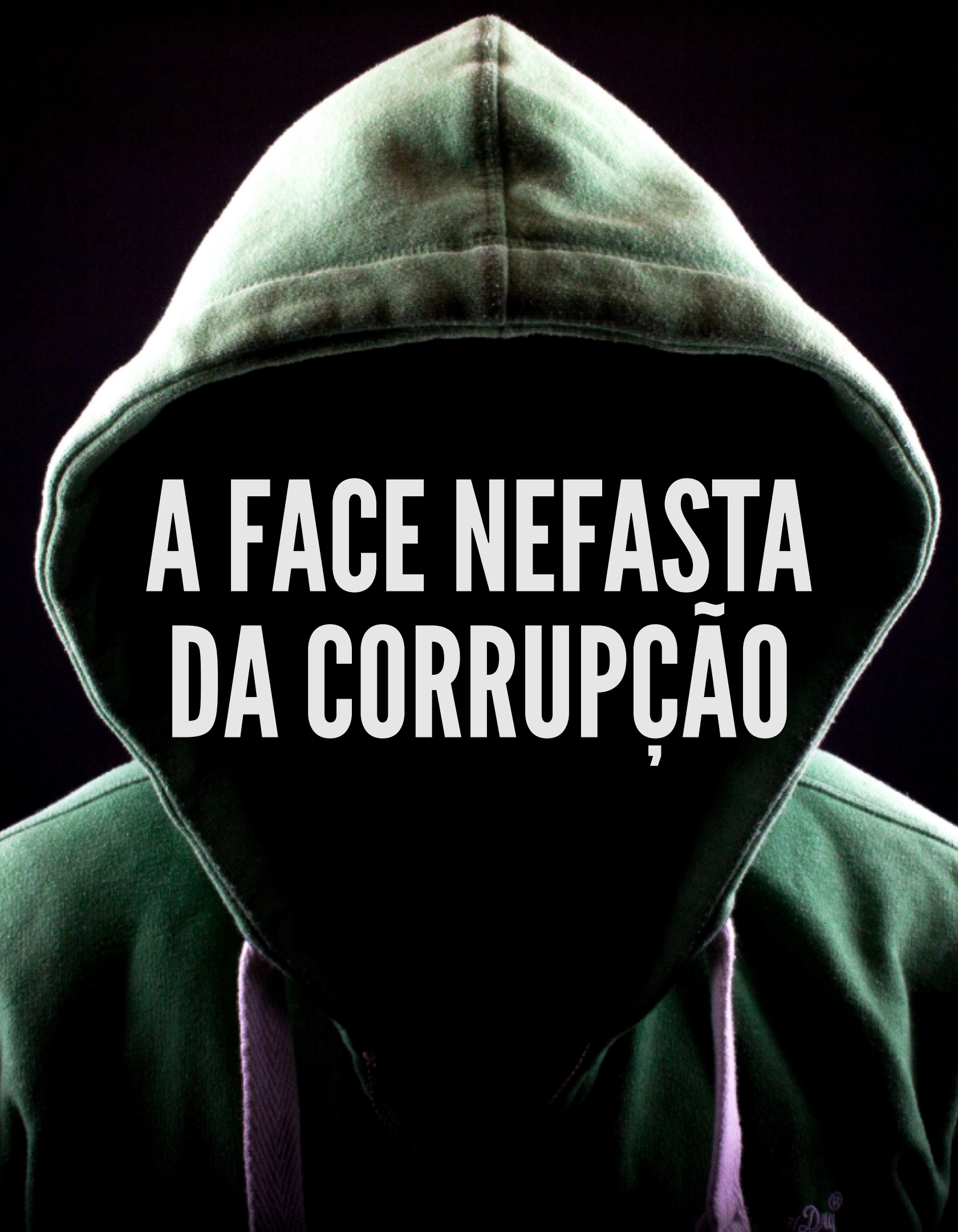
A corrupção sempre existiu e sempre vai existir. Não há nada de novo. Existia entre os índios e existia na comitiva de Cabral – Pedro Álvares e Sérgio. D. Pedro prometeu combater, mas piorou a situação. Os republicanos disseram que iriam extinguir, mas acabaram criando um modelo oligárquico e fraudulento. Vargas parecia combater o sistema e acabou se tornando o próprio sistema. Jânio levou a vassoura só para renunciar sete meses depois. Os militares saquearam o país. Collor caiu. O PT se vendeu. E assim segue a história do Brasil.

Lidar com o problema de forma natural não equivale a desistir de combatê-lo. De fato, sempre seremos corruptos. Onde houver humanidade, haverá corrupção. Como sociedade, contudo, podemos trabalhar para mitigar seus efeitos. Sem que seja necessário armar um circo, elevar juízes e promotores ao papel de herói, e políticos ao papel de vilões.

Não há nada de útil na demonização da política. Na verdade, é um verdadeiro incentivo à corrupção, e não o contrário. Qual jovem promissor e competente, no Brasil de 2019, terá coragem de se envolver politicamente, sabendo que a degradação moral pública lhe aguarda? Mesmo que venha a agir com a maior integridade possível, fatalmente será rebaixado a um "são todos iguais", "nenhum presta" ou "se entrou nisso foi pra roubar". Como se somente os políticos fossem corruptos nesse país.

Estamos implodindo uma geração. De políticos, de empresários, de cientistas, de cidadãos. Quantas vezes os problemas do Brasil foram debatidos durante as eleições presidenciais de 2018? Com quem você chegou a discutir questões como educação, saúde e desigualdade? Assuntos proibidos. Só podemos falar de corrupção. Que vinguem-se os honestos.

Isaac Sandro Pinheiro Andrade é advogado, contador e cientista político. Possui pós-graduação em Direito Tributário, em Filosofia e em Direito Eleitoral. Mestre e doutorando em Ciência Política. É sócio da Exitus Consultoria Empresarial e Presidente da Comissão de Estudos Políticos da OAB/CE pelo triênio 2019-2021.


A FACE NEFASTA
DA CORRUPÇÃO

A FACE NEFASTA DA CORRUPÇÃO

POR: SANDRO FIUZA

“Restaure-se a moralidade ou locupletemo-nos todos!” - Stanislaw Ponte Preta

A discussão sobre a diluição ou deterioração de valores na nossa sociedade não é de agora. Já vem de muito e, sem ser pessimista, duvido muito que venha a se lapidar ou melhorar o sistema.

No faz de conta, lhe convido a se sentir como o homem mais íntegro da face da Terra, aquele que nunca, de alguma maneira, se beneficiou de situação que trouxe algum malefício para outrem, de forma de que a mente e a consciência nem sequer sentiu. Nesse mundo onde furamos fila, sonegamos impostos, compramos e não pagamos, nos apresentamos com identidades falsas, estamos apregoando a necessidade de uma mudança que tarda e não vem.

Mas o que nos faz ser tão mesquinhos e sem escrúpulos, sabendo que isso só nos trará dano, e comprometerá as futuras gerações? Talvez o poder, a exposição midiática, a necessidade de autopromoção, ou tudo isso junto. Nesse contexto, a corrupção estatal, tanto ativa como passiva, tem lá sua relevância.

O IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, em recente pesquisa, nos expõe que precisamos trabalhar 153 dias por ano apenas para pagar impostos. E que dentro desses, 29 são frutos apenas da corrupção generalizada. Mas de quem na verdade é essa culpa? Do Estado, como ente soberano? Do sistema democrático que dá liberdade demasiada, de um governo do povo pelo povo? Na verdade, eu não tenho essa resposta, e duvido que alguém a tenha de forma conclusiva.

Em Provérbios 29:2, livro de sabedoria da Bíblia Sagrada, diz: “Quando os justos governam, alegra-se o povo; mas quando o ímpio domina, o povo geme”. Daí surge um dilema: o povo sofre por escolher mal seus governantes? Eles são corruptos assumidos, ou o sistema os torna corruptos? No passar do tempo, vemos que muitas dessas perguntas realmente ficam no vácuo da realidade, pois o padrão é sempre destruído pelas exceções à regra, tanto para o bem como para o mal.

"DE QUEM NA VERDADE É ESSA CULPA? DO ESTADO, COMO ENTE SOBERANO? DO SISTEMA DEMOCRÁTICO, QUE DÁ LIBERDADE DEMASIADA, DE UM GOVERNO DO POVO PELO POVO?"

O que seria corrupção, na verdade? Um produto do meio? Uma questão cultural? No Brasil, de onde vem essa corrupção sistêmica? Há sustentação fática e robusta no sentido de atribuir que a mentalidade ibérica introduziu profundas matrizes na formação da sociedade brasileira, dentre as quais a corrupção, e isto seria elemento primaz da cultura herdada dos nossos colonizadores, em que as concepções do que era público e do que era privado se confundiam.

Segundo a ONG Transparência Internacional, entre 180 países pesquisados, o Brasil ocupa o 75º lugar no ranking da corrupção e o 60º lugar no mundo. A corrupção do Brasil corresponde a 26% da corrupção que ocorre no mundo. Em apenas um ano, a corrupção, no Brasil, chega a desviar dos cofres públicos R$70 bilhões.

Além e apesar da minha descrença, algo há de ser feito. Talvez um recall total, talvez começar tudo de novo, alguma coisa que modifique conceitos, metas, resgate de valores, algo que dê alguma alternativa a quem vem nas gerações futuras, onde se sustente a questão primordial de se viver em um mundo melhor. E de alguma forma se acabar com essa cleptocracia, nos dando a oportunidade de se reduzir o clientelismo, fisiologismo, nepotismo, suborno, extorsão, peculato, tráfico de influência, compra e venda de sentenças judiciais, superfaturamento de obras públicas, desvio de verbas públicas e etc.

Temos alternativa, ainda bem!

Bievenido Sandro Andrade Fiuza é advogado, contador e possui pós-graduação em Teologia. É atualmente conselheiro seccional da OAB/CE e vice-presidente da Ordem dos Ministros Evangélicos do Ceará. Foi presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis do Ceará. É sócio da Exitus Consultoria Empresarial e membro efetivo da Comissão de Estudos Políticos da OAB/CE.

REFLEXOS DA CORRUPÇÃO NA INSTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES E NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS BRASILEIRO

REFLEXOS DA CORRUPÇÃO NA INSTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES E NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS BRASILEIRO

POR:
RÔMULO BENEVIDES

A corrupção é um mal endêmico que permeia toda a sociedade brasileira. Sua contribuição para o atraso do desenvolvimento econômico e social de nossa nação é patentemente reconhecido. Contudo, não podemos olvidar a relevância do calamitoso nível de educação e cultura da população brasileira para a perpetuação do referido atraso. Assim, este artigo se filia ao entendimento de que a corrupção não deveria ser entendida como a causa fulcral do atraso, mas sim como uma terrível consequência da cultura (ou a falta dela) de nossa população.

A história brasileira é largamente marcada por relações espúrias entre os agentes públicos (poder) e a sociedade, mas nos últimos anos a corrupção vem atingindo patamares tão elevados, que provocaram um sentimento social de revolta com as condutas dos agentes políticos e, consequentemente, a descrença em nossas instituições.

Infelizmente, nosso país é conhecido (tanto em âmbito nacional quanto internacional) por ter a corrupção entranhada em sua cultura. Nesta senda, deve-se destacar a relação histórica do cidadão brasileiro com as instituições de poder (que fora historicamente marcada pelo clientelismo e pelo recebimento, por parte de nossos agentes públicos, de vantagens indevidas) e as deficiências na formação escolar e cultural de nossos cidadãos (fator preponderante para a formação de uma sociedade crítica e política).

Com o fito de ilustrar esta sensação de corrupção generalizada em nosso país, destaca-se a constante queda da pontuação de brasileira no Índice de Percepção da Corrupção (IPC) . O histórico recente do ranking elaborado pela organização Transparência Internacional (que avalia a percepção da corrupção no setor público em 180 países) mostra que a colocação do Brasil vem sofrendo com sucessivas quedas. Em 2012, o Brasil ficou em 79º, enquanto que no mais recente estudo (referente ao ano de 2018) ocupamos a desastrosa 105ª posição.

Segundo os pesquisadores, um dos principais motivos para a diminuição do índice brasileiro (e a consequente queda na classificação) foi a deflagração da Operação Lava Jato . Ressalte-se que este autor não pretende realizar juízo de valor sobre a importância da referida operação para a história do Brasil, mas apenas expressar que se filia à opinião dos pesquisadores, visto que o desvelamento da corrupção sistêmica causa um forte aumento na percepção da corrupção.

"O [...] AMBIENTE DE INCERTEZAS JURÍDICAS, DECORRENTE DA DESCOMEDIDA BUROCRACIA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E DA SENSAÇÃO DE CORRUPÇÃO, RECHAÇA A ENTRADA DE CAPITAIS [...] NO MERCADO BRASILEIRO."

De outra ponta, deve-se ressaltar que a experiência de outras sociedades que já passaram por este processo demonstra que estamos vivendo uma fase crucial para o avanço do país no combate à corrupção. O Brasil está pegando impulso para poder avançar (um passo para trás para poder dar vários para frente).

De outra ponta, deve-se ressaltar que a experiência de outras sociedades que já passaram por este processo demonstra que estamos vivendo uma fase crucial para o avanço do país no combate à corrupção. O Brasil está pegando impulso para poder avançar (um passo para trás para poder dar vários para frente).

Nesta senda, podemos observar que os referidos índices negativos (e em constante processo de piora) implicam em uma significativa redução do interesse de investidores nacionais e internacionais em aplicar recursos em nosso país. Antes de aplicar recursos financeiros, os bons investidores verificam o ambiente de negócios do país, incluindo o retorno financeiro do capital investido e, especialmente, o risco do negócio.

Mesmo com seus reconhecidos problemas econômicos e políticos, deve-se destacar que o risco de o Brasil aplicar um calote em seus credores e não honrar com pagamento dos Títulos da Dívida Pública são bem pequenos. Todavia, não estamos cuidando da possibilidade escatológica de a corrupção destruir a saúde financeira do governo, mas apenas de uma tentativa de demonstração de seus danos.

O referido ambiente de incertezas jurídicas, decorrente da descomedida burocracia da legislação brasileira e da sensação de corrupção, rechaça a entrada de capitais externos (e até mesmo os internos) no mercado brasileiro. Um investidor precavido busca sempre o ambiente mais propício para a alocação de seus recursos, e uma atmosfera permeada de corrupção não se apresenta como sendo mais adequada.

Sobre os danos causados, entende-se pela total impossibilidade de sua quantificação, visto que sua complexidade prejudica consideravelmente a realização dos cálculos. Os fatores prejudicados variam da diminuição da credibilidade das instituições aos consequentes danos à novíssima democracia brasileira, do ambiente de negócios brasileiro até os danos sociais (e pecuniários) gerados pelo não oferecimento de uma educação de qualidade aos nossos jovens, ou da primordial instalação de redes de saneamento básico. Assim, podemos observar a complexidade dos fatores e de que a corrupção está presente em todos os aspectos da vida dos cidadãos brasileiros, implicando no aumento dos preços dos produtos (bens e serviços) e dos impostos (diante da ineficiência e improbidade de nossos governantes), bem como afeta a qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado e por suas concessionárias.

Como demonstração da magnitude dos valores perdidos com a corrupção, podemos destacar que apenas os valores já recuperados pela operação Lava Jato já chegaram à casa dos 40 bilhões de reais. Todavia, o Procurador da República (e chefe da força-tarefa da Lava Jato) Deltan Dallagnol afirma que o esquema da tirava dos cofres públicos aproximadamente R$ 200 bilhões por ano.

Diante do exposto, podemos observar que o principal dano jurídico, econômico e (consequentemente) social causado pela corrupção é a diminuição da credibilidade de nossas instituições e seus reflexos na salubridade do ambiente de negócio nacional. A redução da qualidade do referido clima diminui o ingresso de novos players no mercado nacional, afetando a livre concorrência (diminuindo-a) e, consequentemente, encarecendo os produtos e serviços para o consumidor final.

Por fim, podemos fazer uma analogia entre as doenças e os efeitos que corrupção causam para a "saúde" de nosso país, comparando a corrupção com um resfriado persistente, que prejudica a execução nossos afazeres diários, mas que não nos deixa prostrados em nossas camas. Todavia, se continuarmos negligenciando o tratamento desta ordinária enfermidade, esta simples gripe (que nos prejudica há mais de 500 anos) poderá se tornar uma pneumonia e, consequentemente, levar o paciente (o Brasil) a óbito.

Rômulo Eduardo Oliveira Benevides é advogado, possui formação em eletrotécnica e atualmente cursa Bacharelado em Ciências Econômicas. É membro efetivo da Comissão de Estudos Políticos da OAB/CE.